

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO – UNISAGRADO

ISABELA CRISTINA SANTOS PONTES

SEGURANÇA INTERNACIONAL E A SECURITIZAÇÃO COM O SURGIMENTO DAS
"NOVAS AMEAÇAS" NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA: O NARCOTRÁFICO
COLOMBIANO.

BAURU

2023

ISABELA CRISTINA SANTOS PONTES

SEGURANÇA INTERNACIONAL E A SECURITIZAÇÃO COM O SURGIMENTO DAS
"NOVAS AMEAÇAS" NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA: O NARCOTRÁFICO
COLOMBIANO.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais – Centro Universitário Sagrado
Coração – UNISAGRADO.

Orientador: Prof. M.e Fábio José de Souza.

BAURU

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P813s	<p>Pontes, Isabela Cristina Santos</p> <p>Segurança internacional e a securitização com o surgimento das novas ameaças no período pós-guerra fria: o narcotráfico colombiano / Isabela Cristina Santos Pontes. -- 2023. 29f.</p> <p>Orientador: Prof. M.e Fabio José de Souza</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Guerra fria. 2. Narcotráfico. 3. Securitização. 4. Segurança internacional. I. Souza, Fabio José de. II.Título.</p>
-------	---

ISABELA CRISTINA SANTOS PONTES

SEGURANÇA INTERNACIONAL E A SECURITIZAÇÃO COM O SURGIMENTO DAS
"NOVAS AMEAÇAS" NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA: O NARCOTRÁFICO
COLOMBIANO

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais – Centro Universitário Sagrado
Coração – UNISAGRADO.

Aprovado em: __/__/____

Banca examinadora:

Prof. M.e Fábio José de Souza
Centro Universitário Sagrado Coração

Prof. Dr. Antônio Walter Ribeiro de Barros Júnior
Centro Universitário Sagrado Coração

Prof. M.e Fred Aparecido Matano
Centro Universitário Sagrado Coração

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu pai Mariano e minha mãe Elisangela, que sempre confiaram em mim e me encorajaram a superar os desafios. Gratidão pelo apoio que tive do meu companheiro durante as madrugadas de estudo, sem você eu teria enlouquecido.

Gratidão ao UNISAGRADO por ter me proporcionado várias oportunidades e por ter conhecido pessoas especiais.

Agradeço a todos os mestres que tive o prazer de conhecer durante o curso e principalmente ao meu orientador, o Professor Fábio José que, se dedicou em me auxiliar com todo seu conhecimento e paciência. Minha eterna gratidão pelo compartilhamento de seu conhecimento e tempo. Deus é bom o tempo todo!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ESI	Estudos de Segurança Internacional
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
OEA	Comissão de Segurança Hemisférica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DESENVOLVIMENTO	13
2.1	GUERRA FRIA E NARCOTRÁFICO	13
2.2	PLANO COLÔMBIA	14
2.3	SEGURANÇA INTERNACIONAL E SECURITIZAÇÃO: ESCOLA DE COPENHAGUE	17
2.4	SURGIMENTO DAS NOVAS AMEAÇAS NO PERÍODO DA GUERRA FRIA	19
2.5	OS IMPACTOS DO PENSAMENTO PÓS-ESTRUTURALISTA NOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL	20
2.6	DISCUSSÃO	23
3	METODOLOGIA	25
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS	28

SEGURANÇA INTERNACIONAL E A SECURITIZAÇÃO COM O SURGIMENTO DAS "NOVAS AMEAÇAS" NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA: O NARCOTRÁFICO COLOMBIANO

Isabela Cristina dos Santos Pontes¹

¹Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO).

E-mail: isabelapscc@gmail.com.

RESUMO

Atualmente, a segurança internacional e a securitização são pautas primordiais para o contexto globalizado, afinal, com o fim da Guerra Fria, surgiram preocupações estratégico-militares que estão interligadas a outras dimensões como, por exemplo, as preocupações econômicas e sociais. É irrefutável que para a atualidade, surja uma nova forma de lidar com as questões ligadas ao narcotráfico, trazendo um olhar mais amplo com debates civis sobre políticas alternativas e mais iniciativa à educação, saúde pública, aspirando uma maior redução de danos e a descriminalização. Sendo assim, o trabalho objetiva-se em analisar a segurança internacional e a securitização com o surgimento como uma nova ameaça no período pós-Guerra Fria, durante o processo de redemocratização dos governos da América Latina onde o narcotráfico é o foco principal de defesa e segurança do hemisfério. À vista disso, o presente estudo questionará em qual período o narcotráfico passa a se tornar uma ameaça ao estado e ao sistema internacional, como o Estado identifica e vê com prioridade esse assunto, fazendo com que parta de algo “normal” para uma ameaça internacional, bem como de que modo o conceito de segurança internacional foi se moldando durante os anos e afinal o que é a securitização, e como ela acontece. De conceito foi abordado a Escola de Copenhague, que surge reestruturando os estudos de segurança internacional. A Escola de Copenhague trouxe uma perspectiva mais ampla em relação a ameaças e aos estudos securitários. Mesmo que na maioria das vezes preservasse o Estado como principal objeto de análise, e muito pouco a pouco se desprendendo desta premissa. Análises qualitativas e quantitativas dos conceitos e ideias de fontes publicadas nos últimos anos, com o intuito de produzir um material mais atualizado e condizente com os conceitos de alfabetização e letramento. Assim, a securitização do narcotráfico colombiano trouxe resultados momentâneos, mais segurança e uma ameaça declarada. Trazendo mais próximo o conceito de narcotráfico e suas ramificações contra não só o estado com sua violência e prejuízos

econômicos, mas como também da sociedade civil onde o uso de drogas pode destruir um indivíduo. A guerra contra os narcóticos é uma guerra que vai de acordo com o desejo humano não podendo ser vencida pelos métodos já utilizados, com isso, tendo novos debates acerca de estratégias e conhecimentos.

Palavras-chave: Guerra Fria. Narcotráfico. Securitização. Segurança Internacional. Segurança.

ABSTRACT

Currently, international security and securitization are key guidelines for the globalized context, after all, with the end of the Cold War, military-motivated emotions are intertwined with other dimensions such as, for example, motivated and social ones. It is irrefutable that for today, a new way of dealing with issues related to drug trafficking has emerged, bringing a broader view with civil debates on alternative policies and more initiative in education, public health, aspiring to greater harm reduction and decriminalization. Therefore, the objective of this work is to analyze international security and securitization with danger as a new threat in the post-Cold War period, during the process of redemocratization of Latin American governments where drug trafficking is the main focus of defense and hemispheric security. In view of this, the present study will question in which period drug trafficking becomes a threat to the State and the international, how the State identifies and sees this issue as a priority, making it part of something “normal” for a international threat, as well as how the concept of international security has been shaped over the years and what is securitization, and how does it happen. The concept was achieved by the Copenhagen School, which emerged by restructuring international security studies. The Copenhagen School brought a broader perspective in relation to threats and security studies. Even if most of the time he preserved the State as the main object of analysis, and very little by little he was detaching himself from this premise. Qualitative and quantitative analyzes of concepts and ideas from sources published in recent years, with the aim of producing more up-to-date material that is consistent with the concepts of literacy and literacy. Thus, the securitization of Colombian drug trafficking brought momentary results, more security and a declared threat. Bringing closer the concept of drug trafficking and its ramifications against not only the state with its violence and psychological damage, but also civil society where drug use can destroy an individual. The war against narcotics is a war that goes according to human desire and cannot

be won by the methods already used, thus having new debates about strategies and knowledge.

Keywords: Securitization. Traffic. Drugs. Cold war. Security International. Security.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, o narcotráfico ainda é um tema que precisa ganhar maior visibilidade, afinal, existem alguns tabus e estereótipos quando o assunto é mencionado. Primeiramente, pode-se ressaltar que durante o período da Guerra-Fria as adversidades eram sempre baseadas em questões do momento, como: Armamentos-bélicos, economia, guerra de poder e capitalismo; tornando-se uma nova ameaça internacional pelos EUA, o narcotráfico ampliou a agenda dos Estados.

A partir da declaração de Nixon em 1971 tornando as drogas “O inimigo número um” do Estado, nasce uma nova ameaça para a sociedade sendo uma fonte de medo desconhecido. A partir desse ponto, o governo começa a tomar medidas extraordinárias por meio de políticas repressivas e intervenções para que estabeleça um fim ao inimigo mundial. Com o narcotráfico se destacando no cenário sul-americano e o aumento do consumo global de maconha e cocaína, principalmente na Europa e Estados Unidos, se inicia o “Plano Colômbia” em 1999, uma tentativa de acabar com o tráfico de narcóticos.

Buzan e Hansen (2012) apontam para a principal mudança nas concepções discursivas de segurança a partir de 2001:

A constituição do Outro iraquiano como terrorista ou vítima se baseava em uma construção do Self ocidental como superior, forte, moral e civilizado. Mesmo os discursos que haviam tentado romper explicitamente com essa construção – como aqueles que responderam às explosões de Londres, em julho de 2005 – tinham, no fim das contas e segundo argumentava-se, dificuldades em aparecer com algo genuinamente multicultural e crítico político em mãos (WEBER; STEPHENS; apud BUZAN & HANSEN, 2012, p.367).

Toda a América Latina começou a experimentar a reação dos tratados internacionais e, também por duas campanhas antidrogas norte-americanas, ao saberem sobre guerra às drogas e o Plano Colômbia.

Sendo assim, o trabalho tem o objetivo de analisar a segurança internacional e a securitização com o surgimento como uma nova ameaça no período pós-Guerra Fria, durante o processo de redemocratização dos governos da América Latina onde o narcotráfico é o foco principal de defesa e segurança do hemisfério. Ainda, esse trabalho tem por objetivos secundários: conceituar o que é segurança internacional e a securitização e a escola de Copenhague; compreender o surgimento das “novas ameaças” no período pós Guerra-Fria; compreender o pós-estruturalismo dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) e apresentar o Plano Colômbia junto ao narcotráfico colombiano.

Em artigos, periódicos e, em matérias sobre a pauta abordada, pode-se ter referenciais em sites como *SciELO* que, a securitização nas Relações Internacionais vem sendo criticada por

estudos baseados em teorias que são desenvolvidas pelos EUA e Europa que acabam manifestando problemas nos métodos de pesquisas aplicadas. Tendo como base o liberalismo ou realismo que fornece uma base histórica para liderar os estudos da diplomacia internacional.

Sendo criticada por ser uma teoria mais parecida com uma observação interessante do que uma teoria que possa ser utilizada de maneira prática por atores políticos. Alguns críticos alegam que há dificuldade de comprovação da irracionalidade de uma questão securitizada com sucesso na dinâmica política. Sendo importante assim que a Escola de Copenhague é a mais adequada para o estudo da segurança internacional.

Diante do exposto, o presente estudo propõe o seguinte questionamento:

Como grupos e facções criminosas surgem e conseguem se expandir atravessando fronteiras, chegando a impactar direta e indiretamente todo o mundo e mantendo a estrutura dentro do crime organizado? Quais questionamentos existem dentro do âmbito do narcotráfico e em qual período ele passa a se tornar um fator securitizado e uma ameaça ao estado e ao sistema internacional?

Assim, o estudo parte do cenário internacional pós Guerra Fria onde se reconhece as drogas como um problema mundial e fenômeno criminal, bem como o surgimento da guerra às drogas pós Guerra Fria impactam a sociedade, e se desta maneira se faz uma guerra idônea e legitimada, já que no cenário atual as drogas é um dos temas mais abordados, mas que não tem uma solução concreta, existindo apenas um ideal de como deveria ser e ter fim. Diante disso, é relevante refletir e justificar o presente estudo pela relevância que traz a existência da guerra às drogas, bem como sobre sua legalização ser ou não uma solução.

A proibição do comércio e consumo de drogas potencializa o mercado clandestino criando problemas. De acordo com o pensamento liberal o estado não tem direito de invadir e decidir coisas da vida privada do indivíduo em sociedade. Lembrando que os usuários de drogas de maneira geral contribuem com o tráfico devido ao próprio consumo, resultado de sociedades que não as legalizaram ainda.

A preferência por EUA e Colômbia foi uma escolha histórica e pessoal. Já que a Colômbia é um dos principais países do narcotráfico desde o cultivo até a distribuição, sendo um dos países produtores de cocaína, ópio, heroína e maconha mais importantes. Os EUA é um dos países mais afetados, já que a maioria da cocaína que lá chega é oriunda da Colômbia. Dentro desse tema serão abordados teorias e fatos, que até o contexto atual trazem inúmeras reflexões e debates pertinentes para o âmbito das Relações Internacionais

2. DESENVOLVIMENTO

No período da Guerra Fria, a agenda de seguranças dos EUA para a América Latina estava focada contenção da ameaça comunista, eles já possuíam um inimigo declarado, apoiavam os governos, ainda que não democráticos, que seguiam as ideias da pelotica econômica norte-americana e não possibilitavam a invasão comunista em seu território.

2.1 GUERRA FRIA E NARCOTRÁFICO

Com base nos estudos de Silva (2013), depois do fim da Guerra Fria as abordagens de segurança internacional não mais se restringiam a preocupações estratégico-militar, sendo ampliadas para outros setores sociais, onde novos assuntos passaram a ocupar um espaço maior no debate político e acadêmico.

De acordo com Pereira (2018), no pós Guerra Fria, começaram a ser mais valorizadas outras classes de temas, e a existência de “novas ameaças” ampliou ainda mais a agenda do Estado. Na relação bilateral entre EUA e Colômbia, o discurso de novas ameaças construídas, dada a obsolescência do “comunismo”, ocorreu devido ao narcotráfico. No decorrer do período da Guerra Fria, os Estados Unidos utilizaram-se da construção da ameaça comunista para influenciar países a seguirem sua liderança sob a égide do capitalismo ocidental (SANTOS, 2004).

O aumento do consumo global de cocaína e maconha, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, impulsionou o tráfico de drogas nos países andinos e alterou os pequenos negócios ilegais nas atividades comerciais. O grupo principal surgiu na Colômbia para acumular uma tradição de práticas ilegais, estabelecendo contatos e links para sintetizar cocaína e entregá-la aos centros de consumo (PILETTI, 2008).

No caso da segurança, a análise textual sugere que algo é designado como um problema de segurança internacional porque pode-se argumentar que esta questão é mais importante do que outras questões e por isso deveria ter prioridade absoluta. Esta é a razão pelo qual se vincula a questão com o que pode parecer um critério bastante exigente: a questão é apresentada como uma ameaça existencial (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24).

Com o reconhecimento de que mesmo uma estratégia de segurança nacional modificada não poderia evitar um holocausto nuclear, a ênfase [do conceito] mudou de um paradigma de segurança internacional ao invés de [segurança] nacional. [...]

O conceito de segurança internacional é baseado em um mútuo interesse em sobrevivência sobre condições de dissuasão nuclear e no reconhecimento de que um adversário vai ser dissuadido a não atacar por causa de seus próprios auto-interesses. [Dessa forma] a segurança internacional, em contraste com a segurança nacional, implica que a segurança de um Estado está profundamente ligada àquela de outros Estados, mesmo que apenas um único outro qualquer. Os Estados são interdependentes em temas de segurança de tal modo que a segurança de um é fortemente afetada pelas ações do outro, e vice-versa (HAFTENDORN, 1991).

A associação entre a promoção da democracia e a segurança emerge da percepção de que muitas instituições democráticas em muitos dos países da região são frágeis e que a estabilidade adquirida está sob constante ameaça (HERZ, 2002, p.8).

2.2 PLANO COLÔMBIA

Em meados da década de 1970, o presidente dos EUA da época, Richard Nixon reconheceu o narcotráfico como principal ameaça internacional. Pela primeira vez, o Estado norte-americano deu ao inimigo cara e posição: um país que produz drogas para consumo próprio.

Nas décadas de 1970 e 1980, o consumo de cocaína e maconha aumentou globalmente, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, o que promoveu o tráfico de drogas nos países andinos e transformou pequenos negócios ilegais em empreendimentos comerciais. Neste momento, o grupo principal apareceu na Colômbia para acumular uma tradição de práticas ilegais, através do contato e contato para sintetizar cocaína e transportá-la aos centros consumidores. Os colombianos reuniram seus conhecimentos, transformaram a pasta base em cocaína pura e a venderam como mercadoria internacional (RODRIGUES, 2002).

Em 1986, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan (1980-1988) editou um documento sobre as diretrizes de segurança nacionais e narcóticas dos Estados Unidos. Este documento prova que a intervenção dos Estados Unidos na América Latina desde os anos 1980 é correta. Desde o governo Reagan, os Estados Unidos definem as drogas como uma questão de segurança nacional, e os ataques a essa questão devem ser in loco, ou seja, drogas e criminosos. Produção nos países de origem: Bolívia, Colômbia e Peru (RODRIGUES, 2002).

A guerra contra as drogas foi considerada uma questão de segurança nacional. Com o novo governo Reagan, 61% dos recursos administrativos foram destinados à guerra contra as drogas durante o período de 1982 e alocou 69% de seus recursos administrativos ao governo já em 1989. Em seu governo de oito anos 66% dos recursos reduziram a oferta de

medicamentos. Além da política de redução da oferta, o presidente norte-americano também tomou outras medidas: mobilizar as Forças Armadas norte-americanas para atuar em territórios estrangeiros e recorrer à diplomacia retaliatória, ou seja, impondo sanções aos países-alvo. (VILLA, 2007).

Os destaques da militarização de George Bush saíram pela culatra, além disso, a vitória do presidente Bill Clinton em 1992 trouxe uma nova abordagem para o tráfico de drogas e Clinton propôs a responsabilidade compartilhada em vez da militarização. Dessa forma, o combate ao narcotráfico ganhou confiança e elevou a luta ao topo das agendas intercontinentais e nacionais dos estados dos Estados Unidos (VILLA; OSTOS, 2005).

A Cúpula das Américas foi realizada em Miami em dezembro de 1994. Os chefes de estado de todo o continente africano (exceto Cuba) se reuniram para discutir o futuro dos países americanos. O documento final "Pacto de Desenvolvimento e Prosperidade: Democracia, Livre Comércio e Desenvolvimento Sustentável nas Américas" tem um tema, um plano de ação, um de seus subprojetos se chama "Combate às drogas ilícitas e delitos conexos". Entre eles, o texto coloca dois argumentos principais:

1. Em cada país, aumentar a fiscalização de transações financeiras suspeitas e participar da interceptação de redes de lavagem de dinheiro;
2. Promover ações coordenadas entre os países para destruir organizações de tráfico, substituir plantações ilegais por alternativas e controlar insumos químicos (RODRIGUES, 2002).

As novas estratégias andinas eram:

- A) Fortalecer os sistemas políticos dos principais países fornecedores de drogas - Bolívia, Colômbia e Peru;
- B) Fortalecer as operações dos departamentos militares e policiais responsáveis pelo combate ao tráfico;
- C) Desmantelar cartéis de drogas e militares corporativos e Recomendações policiais;
- D) Assistência comercial e financeira para minimizar as consequências sociais da privação de existência devido ao tráfico (VILLA & OSTOS, 2005).

Em 2001 quando George Bush assume a presidência muda-se a estratégia, para uma estratégia mais ampla que engloba vários outros países, como o Brasil. Foram usados em 2003 mais 1,4 bilhões de dólares para a iniciativa antidrogas, dos quais 63% são usados para programas na Colômbia e o restante é dividido em Peru, Bolívia e Equador.

A estratégia do novo plano passa a ter três elementos centrais. O primeiro é reconhecer que as drogas realmente eram um problema, e o uso ampliava esse problema, resgatar

usuários e cessar as ofertas de compras; e assim também eliminar a demanda do mercado de drogas.

O plano do Presidente Bush em 1998 teve um grande apoio político interno das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), porém essa delegação não obteve sucesso, as FARC assumiram todo o controle da zona desmilitarizada, matando cidadãos americanos, forçando-os a retirar seu apoio. Com todo o resultado negativo que Bush teve, ele resolveu que os Estados Unidos iriam dar apoio apenas financeiro para o controle de tráfico de drogas.

Conhecido como “Plano Columbia” foi criado pela Columbia e pelo governo dos EUA. Estima-se que haverá US \$7,5 bilhões, aprovados pelo Congresso norte-americano, que inclui: O governo colombiano aloca US \$ 4 bilhões para investimento social e substituição de plantações de coca para pessoas afetadas pela violência;

Desta forma, o governo dos Estados Unidos patrocinou US \$1,3 bilhões para assistência técnica, militar e financeira para combater o tráfico na Colômbia e, os países europeus pagaram US \$1,7 bilhões pela paz.

O foco estratégico do plano é:

- O processo de paz;
- Economia colombiana;
- Desenvolvimento social-democrata;
- Combate ao narcotráfico denominado "Plano de Tráfico de Drogas".
- Reforma do sistema judicial e proteção dos direitos humanos. (SANTOS, 2011,

p.54).

Segundo Villa (2007, p.58), embora o plano tenha sido desenvolvido em conjunto pelos governos dos dois países, sendo que a Colômbia seja o maior no âmbito financeiro, os Estados Unidos “podem conseguir a adoção de suas instituições nacionais que tratam do problema da produção e do tráfico de drogas”.

Mas, na realidade, esta iniciativa significa:

- I) Fortalecer a pulverização de *Cannabis*, coca e plantações de papoula;
- II) Proibir a exportação para os Estados Unidos e Europa;
- III) Extraditar os traficantes e fortalecer a vigilância das fronteiras para impedir os traficantes de fluxos comerciais.

Os países vizinhos da Colômbia começaram a sentir uma profunda resposta à expansão do conflito colombiano. O Plano Internacional Colombiano foi institucionalizado pelo Plano Colombiano e pela Iniciativa Antidrogas Andina.

O plano foi eficaz principalmente no Peru e Bolívia, onde o cultivo da coca não se desenvolveu. Levando em conta que conflitos existentes na Colômbia são centros de tensões regionais causados por problemas nas fronteiras com países vizinhos.

2.3 SEGURANÇA INTERNACIONAL E SECURITIZAÇÃO: ESCOLA DE COPENHAGUE

Durante as décadas, estudiosos afirmam que o conceito de segurança internacional foi se moldando e refazendo-se, existindo três acontecimentos importantes para essa evolução. Após a II Guerra Mundial a questão da segurança mudou trazendo novos atores à tona e passaram a pensar na questão de segurança não só para uma defesa geopolítica e de guerrilha, mas principalmente ligado a questões sociais e uma segurança coletiva universal. A segunda mudança foi o descobrimento de outros tipos de poderes, a prática de um poder além do militar.

O poder cibernético e nuclear; podendo futuramente um desses novos tipos de poderes serem a guerra híbrida. Havia uma disputa entre qual estado tem mais poder nuclear, no caso um poder mais destrutivo. Sendo assim os países não se atacavam, tendo uma guerra quase que inofensiva. Sem ataques, pois os países nunca sabiam qual o real poder e força do oposto. Sendo assim a terceira mudança foi um cenário civil ampliado, as questões não eram somente ligadas à questão militar. Havia outros métodos de atingir e derrotar o inimigo. O método econômico, usando como exemplo o poder de não exportar algum tipo de alimento e material, deixando o adversário em questões de necessidade e escassez.

A definição do conceito de securitização está na sua utilização e, desse modo, não é algo que possa ser determinado analiticamente ou filosoficamente conforme com o que seria melhor. O significado não está no que as pessoas acham, mas na maneira como ele implicitamente é utilizado ou como implicitamente ele não é usado, isto é, a securitização de um assunto é uma construção social. O tema é denominado como uma questão de segurança e é aceito por sua audiência como uma questão de segurança através de uma construção entre atores (SILVA, 2016).

Nesta abordagem, o significado de um conceito reside no seu uso e não é algo que podemos definir analiticamente ou filosoficamente de acordo com o que seria melhor. O significado não está no que as pessoas conscientemente acham que o conceito significa, mas na forma como eles implicitamente o usam em alguns aspectos e outros não. No caso da segurança, a análise textual sugere que algo é

designado como um problema de segurança internacional deve ter prioridade absoluta (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24).

Para melhor compreensão, deve-se entender por securitização que é toda uma consorciação. Se um tema é securitizado, logo é afirmada sua existência e considerado uma ameaça para um grupo social ou político, Estado e Organizações. Deste modo, a partir da securitização cria-se ameaças reais ou não, que passam a ser reais e se tornam uma questão de segurança a partir do momento que um dos citados acima se sinta ameaçado.

O objeto referente transita pelo caminho de não politizado para politizado e, assim, para securitizado, podendo a qualquer momento retroceder, sendo chamado de dessecuritização. O lugar que o objeto será encontrado no espectro pode depender das circunstâncias deste tema. De acordo com os autores, estas circunstâncias podem variar de Estado para Estado, “Na prática, o posicionamento varia substancialmente de Estado para Estado e ao longo do tempo” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24). Nos casos de objetos referentes que caminham para a securitização, os autores declaram que o objeto é denominado como um problema de segurança internacional por ser argumentado como tal.

A um ato do discurso ou da linguagem e um ator que se apresenta da seguinte forma: confere-se a uma questão política um caráter emergencial, ou seja, transforma-se um problema da esfera política numa questão de segurança. Este passo não depende só dos atores, sendo necessário que uma audiência e que a questão seja identificada pelo *auditorium* como uma ameaça existencial à sobrevivência de um objeto referente (VILLA; SANTOS, 2011, p. 122).

A Escola de Copenhague apresentando o conceito de securitização procura entender que é toda uma consorciação. Se um tema é securitizado, logo é afirmada sua existência e considerado uma ameaça para um grupo social/político, Estado ou organizações.

De forma mais abrangente, a Escola procura reestruturar os estudos de segurança internacional para toda a realidade em busca de estratégias para a estabilidade da paz se baseando em um modelo europeu. Partindo do pressuposto que todos os países são iguais entre si por serem sujeitos de direito internacional e por terem monopólio da força, os materiais de Copenhague buscam não dar importância só a segurança do setor militar ampliando os horizontes a questões políticas nacionais e internacionais auxiliando os estados como agir neste novo cenário.

Os estudiosos da escola se baseiam na agenda de setores que fazem parte de casos, levando em conta possíveis ameaças reais e medidas que podem ser tomadas perante questões de emergências.

No caso da segurança, a análise textual sugere que algo é designado como um problema de segurança internacional porque pode-se argumentar que esta questão é mais importante do que outras questões e por isso deveria ter prioridade absoluta. Esta é a razão pelo qual se vincula a questão com o que pode parecer um critério bastante exigente: a questão é apresentada como uma ameaça existencial (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24).

2.4 SURGIMENTO DAS NOVAS AMEAÇAS NO PERÍODO DA GUERRA FRIA

No período da Guerra Fria, a agenda de segurança dos EUA para a América Latina estava focada na contenção da ameaça comunista, eles já possuíam um inimigo declarado, apoiavam os governos, ainda que não democráticos, que seguiam as ideias da política econômica norte-americana e não possibilitam a invasão comunista em seu território.

Com o final do mundo bipolar a definição de defesa e segurança dos países centrais precisaria ser estruturada conforme as novas ameaças e a globalização. Era interessante achar outra teoria se não a tradicional para que pudesse dar mais segurança aos Estados. A segurança tradicional que só previa uma ameaça ao estado agora teria se globalizado tendo vários riscos e atores, sendo que o inimigo poderia estar “invisível”. Sendo assim a segurança passou a ser vista como um espaço não só de nação, mas mundial. Para a defesa de um sistema internacional.

Esses fenômenos incluíam hegemonicamente atores não estatais e transnacionais ameaçando os governos e o equilíbrio regional, devido ultrapassarem as fronteiras, formando um perigo interno e externo aos países. Assim, os Estados Unidos foi um dos primeiros países a se declarar um agente securitizador, sempre mantendo um discurso contra novas ameaças antidemocratas ou se defendendo de qualquer ator que ameaçasse sua autonomia.

Fazendo se questionar as relações entre estado e identidade. O terrorismo se tornou uma ameaça real, com alcance global, percebendo-se que não só ameaçava o estado, mas toda a sociedade. Colocando em risco a vida de pessoas, a autonomia de um país, afetando a economia e política. O atentado de 11 de setembro trouxe aos EUA um novo olhar sobre as ameaças à política externa.

Resende (2009) mostra que, o discurso com base na negação do “Outro” vai ao encontro da lógica da guerra preventiva, a qual é adotada pela Doutrina Bush, em desconsideração às prescrições do Direito Internacional, que preveem possibilidade de ataque somente em legítima defesa. Buzan e Hansen (2012) apontam para a principal mudança nas concepções discursivas de segurança a partir de 2001:

A constituição do Outro iraquiano como terrorista ou vítima se baseava em uma construção do Self ocidental como superior, forte, moral e civilizado. Mesmo os discursos que haviam tentado romper explicitamente com essa construção – como aqueles que responderam às explosões de Londres, em julho de 2005 – tinham, no fim das contas e segundo argumentava-se, dificuldades em aparecer com algo genuinamente multicultural e crítico político em mãos (WEBER; STEPHENS; *apud* BUZAN & HANSEN, 2012, p.367).

Os Estados Unidos exigem dos seus parceiros regionais um modelo igualitário de segurança cooperativa, tendo base acordos multilaterais.

Em 1988 foi feita então a convenção que vai contra o tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, e assim anos mais tarde criada a comissão de segurança hemisférica (OEA). Que prioriza a manutenção da democracia, assim quando há qualquer ameaça à autonomia ou problema político de um estado é passado pela comissão, onde há uma análise e decisão conjunta.

O Plano Colômbia em 2000 foi uma das primeiras demonstrações de apoio dos Estados Unidos a um país da América Latina, onde o país apoiou economicamente e por algum tempo militarmente também. Criando assim aspectos para o início da securitização. Devido à intervenção norte-americana ser bastante forte, tais aspectos traziam mais força aos Estados Unidos contrapondo os interesses de outros países.

Com o fim da agenda tradicional surgiu o tráfico de drogas ligadas aos cartéis tornando-os atores não estatais. Na América Latina os grupos eram presos conforme acusação de crime organizado e ameaça ao estado. Dessa forma surgiu a necessidade de uma mudança no poder militar já que somente ele não combatia as novas ameaças, pois a segurança pública e defesa nacional passaram a ser confundidas.

2.5 OS IMPACTOS DO PENSAMENTO PÓS-ESTRUTURALISTA NOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

O final da década de 80 foi marcado por revoluções sociais e aumento territorial. O pensamento pós-estruturalista surge com o propósito de questionar conceitos como: estado, soberania e anarquia. Tendo como característica a desconstrução de ideias e teorias estruturadas historicamente, destacando que a compreensão de que produzir conhecimento é entender as estruturas envolvidas na formulação de um significado e desconstruí-las constantemente, questionando e criando novas alternativas para pensamentos tradicionais.

A análise dos fenômenos tenta compreender mostrando que o significado de algo varia de acordo com o tempo e espaço, sendo a compreensão dependente de quem o analisa. Seguindo uma perspectiva exposta cercada a posição meditativa, os estudiosos aceitam que há um mundo real, porém que não é somente definido por uma realidade física acreditando que os interesses e identidades são pressupostos de interpretações, sendo assim a sociedade mutável.

Como dito nos tópicos anteriores a mudança no conceito de segurança trouxe instabilidade e incertezas para o sistema internacional já que poderiam ser vários os novos atores e ameaças. Faz-se assim um cenário que não fora antes visto nas teorias realistas. Nasceram novas ações que tentam reformular as teorias das escolas antigas, realistas e liberais, dando origem a um pensamento estatal neoliberal se fundindo com a interdependência complexa. Com esse pensamento construtivista as Relações Internacionais passam a se constituir similarmente a fatos sociais em questões sobre moral e direitos humanos.

Com base nos debates e nas discussões para encontrar uma resolução para o vigente cenário, foram desempenhados os principais assuntos que deveriam ter mais importância. O Estado com sua autonomia teria que ser o principal objeto de estudo junto ao âmbito internacional; o surgimento tanto de ameaças internas (regionais) ou externas deveria ser vista com seriedade e ambas discutidas; o debate sobre tal teria que ser mais amplo, além do poder militar, incluindo setores econômicos, ambiental e de crimes organizados; e a crítica a segurança que inevitavelmente é ligada a questões de ameaças e resistência.

Existem três grandes escolas nos Estudos de Segurança Internacional, as tradicionalistas as quais tem o teor realista que tem o estado e suas questões militares como fulcro principal nas questões de segurança; a escola de Frankfurt; teoria crítica, nascendo à ideia de uma política de emancipação, pós-modernos. Tendo discussões sobre teorias epistemológicas e ontológicas; e a de Copenhague que procura ter uma competência além das teorias convencionais e tradicionais, prevendo sempre uma evolução diante das anteriores.

Relembrando que para que o processo de securitização seja decidido é imprescindível que a parte atacada tenha que reconhecer o objeto como ameaça, e que esse “sentimento” seja compartilhado por outros atores reais.

Existem várias ameaças que podem atrapalhar a segurança internacional. Surge então para alguns casos um novo estado, o estado de exceção. No qual sua autonomia e soberania estão em risco, o estado de exceção não deve ser entendido como um estado anárquico, pois há uma ordem composta por condutores constitucionalmente compreendidos. Baseando-se em algumas diretrizes, durante esse cenário incomum poderia ser possível suspender a

constituição, as leis podem não ser apreciadas pela sociedade, se validando da vontade do ator que assegura a ordem.

Dentro do conceito de excepcionalidade, nasce a necessidade de refletir sobre alguns conceitos mais recorrido, temas mais sociais como a justificativa para utilização da força, ou legitimação da tortura. Como atentados e ações relacionadas ao narcotráfico, qual impacto tem no debate sobre a convicção da violência até então assegurada.

Ainda a respeito do conceito de excepcionalidade e suas implicações em política externa, Jackson (2004), aponta que:

A noção de “emergência suprema” compreendida pelo direito internacional como uma situação em que a própria existência do Estado se encontra em risco, permitindo tomar as medidas que julgasse necessárias para sua sobrevivência. O autor ainda mostra a relevância da utilização de narrativas de ameaça e perigo onde permeiam os discursos estadunidenses sobre identidade: “A política do medo também funciona para reforçar a unidade nacional, (re)construir a identidade nacional, disfarçar o projeto geoestratégico neoconservador e reforçar as instituições de coerção estatal” (JACKSON, 2004, p.1).

É possível que na maioria das vezes os aspectos para formação da necessidade de viver um estado excepcional nasce de uma constância regional de micropoderes, onde os responsáveis passam a ser uma atemorização do que garantir a segurança. Apesar de nas Relações Interamericanas os Estados Unidos não terem relações com a América Latina, ao final da Guerra Fria. A América Latina nunca esteve fora dos olhares do governo estadunidense, mudando apenas a forma e o ímpeto nas últimas décadas em relação à segurança.

Levando em consideração que a validação de países como Brasil e Argentina para criação do tratado de não proliferação nuclear tranquilizou de algum modo os Estado Unidos. Já que esse tratado tem como objetivo diminuir a propagação de armas que vão contra a segurança de todas as pessoas e estados.

A pressuposição que determinam que os Estados Unidos tenham mais interesse na segurança regional da época porque havia interesse na região andina, cuja influência americana crescia devido à “guerra às drogas” e o valor das regiões de fronteira, entre Paraguai, Brasil e Argentina.

A Argentina e o Paraguai tiveram muita importância, já que na região havia uma diferenciação de ações de grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes, relacionado a chamada “narco guerrilha” à “guerra ao terrorismo”, além de categorizar grupos como terroristas; e a segunda, estigmatizada há décadas como região de baixo controle

governamental - na qual, conseqüentemente, o crime organizado transnacional não encontraria grandes obstáculos para seu desenvolvimento, por meio de sua introdução na agenda de segurança internacional também pela lógica de fusão da "guerra às drogas" à "guerra ao terror". As duas justificativas consentiram práticas políticas excepcionais por parte dos Estados Unidos, a partir de então, sendo estes detentores do discurso hegemônico (VILLA; OSTOS, 2005).

2.6 DISCUSSÃO

Em concordância com Lammerhirt (2015), pode-se compreender que com o fim do sistema bipolar e o esgotamento da retórica estadunidense de manutenção da América Latina, sob sua esfera de influência por meio da "ameaça comunista" pôs em xeque o sistema de governança norte-americano na região. Para assegurar a continuidade de sua hegemonia a respeito do subcontinente, foi necessário demonstrar a necessidade de sua presença paternalista no âmbito da segurança regional. Assim, observou-se a construção social do medo em relação às chamadas "novas ameaças" por parte dos Estados Unidos, onde o estado promoveu a inserção destas na agenda de segurança dos países da América do Sul.

As teorias pós-estruturalistas dos Estudos de Segurança Internacional ajudaram no entendimento deste fenômeno, onde ele envolve, além de Estados soberanos, atores não estatais como ameaças à segurança e à ordem internacional, procurando entender as origens sociológicas, econômicas, políticas e morais deste cenário, não se restringindo às questões meramente militares ressaltadas pelo *mainstream* teórico das Relações Internacionais. O processo de securitização destas "novas ameaças", particularmente do narcotráfico, foi concretizado por meio da recepção do discurso securitizador pela audiência sul-americana, e seu conseqüente reconhecimento destas ameaças como tais, internacionalizando questões de segurança interna dos países andinos.

Esse apoio local serviu de pretexto para a tomada de medidas extraordinárias por parte dos Estados Unidos na região, onde culminaram na intervenção norte-americana e reestruturação das políticas de segurança e do papel das forças armadas no continente. Não esquecendo que a construção de realidades é um fenômeno amplo e complexo, refletindo sobre a Escola de Copenhague pode-se entender o comportamento das Relações Interamericanas. É possível compreender a construção das redes de poder que estruturam as relações interamericanas e das possíveis estratégias adotadas pelos Estados Unidos para

manter sua hegemonia sobre o continente latino-americano, as quais se mostram agressivas, ainda que sutis, na sua maneira de se reciclar, reforçar e renovar cotidianamente.

Desse modo, o narcotráfico se destaca no contexto sul-americano, abrindo espaço para medidas extraordinárias por parte do governo estadunidense, por meio de políticas repressivas de intervenções e treinamentos militares na região, representadas pelo “Plano Colômbia”. Sendo assim o tráfico ilícito de drogas permanece sendo um assunto securitizado, desde o Plano Colômbia até os dias de hoje.

3. METODOLOGIA

Para a pesquisa, foram utilizados teorias e conceitos de Relações Internacionais. A pesquisa aplicada tem o feito de uma revisão bibliográfica qualitativa, usando teorias que já foram analisadas historicamente e cientificamente. Stanley Hoffmann em 1970, afirma que a disciplina de Relações Internacionais é a ciência do teste e das provas da existência de vários atores interligados, e enquanto não houver comprovação das conexões entre esses atores, nenhuma ciência crescerá. Essas teorias conceberam uma relação com questões de linguagem na construção da realidade política internacional, particularmente no concernente ao processo de securitização e dessecuritização de atores, relações e espaço, onde se destaca nas agendas de segurança internacionais. Foram utilizadas fontes de consulta situadas em acervos físicos (bibliotecas), como também em acervos virtuais como Google Acadêmico, *Scielo*, entre outros sites. Análises qualitativas, quantitativas e exploratórias dos conceitos e ideias de fontes publicadas nos últimos anos. De acordo com Gil (2008) podemos confirmar que a análise exploratória objetiva o aperfeiçoamento e descobertas qual:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.

Tendo o intuito de produzir um material mais atualizado e condizente com os conceitos de alfabetização e letramento.

Os descritores no processo de pesquisa para o desenvolvimento do artigo são: securitização, segurança internacional, narcotráfico, Escola de Copenhague, narcotráfico colombiano, Plano Colômbia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se discute sobre as políticas antidrogas e as eficácias, logo, apresenta-se neste trabalho um acontecimento histórico e científico que mostra que até os dias atuais, as drogas e o narcotráfico, junto com o terrorismo são as ameaças mais debatidas no meio da segurança internacional à procura de uma dissolução. É necessário compreender que a securitização do narcotráfico vem como um “combo” trazendo ameaças reais à violência, às organizações criminosas, terrorismo, sendo autores de ameaças globalizadas para a população e o Estado.

O narcotráfico engloba todos os pontos, as ameaças de naturezas econômicas, políticas, militares, ambientais e sociais. No início houve planos estratégicos, como o Plano Colômbia com sucesso em grande escala, destruindo plantações e exportações de coca; a cocaína usada nos EUA diminuiu e para o momento atual a securitização surtiu efeito, mas para um plano futuro não teria essa constância de sucesso. Transitoriamente o programa evoluiu e trouxe efeitos colaterais, houve um grande custo social; onde pessoas no cenário atual se tornaram refugiados devido à grande opressão regional e a violência que sofriam. O foco em acabar com as rotas de tráfico no Plano Colômbia trouxe uma migração de território, assim a rota de drogas passou a ser na fronteira entre México e EUA aumentando mais os grupos criminosos e a violência.

É inquestionável que para os dias de hoje, se faz necessária uma nova forma de lidar com as questões ligadas ao narcotráfico. Tendo que haver debates civis sobre políticas alternativas e mais iniciativa à educação, saúde pública, aspirando uma maior redução de danos e a descriminalização. Um fato que se deve levar em consideração é que as políticas proibicionistas são contra o consumo de drogas e medidas repressivas impactando de uma maneira direta no valor das drogas, e alimentando os lucros do narcotráfico sustentando e elevando os lucros da indústria do narcotráfico. Desta maneira, as políticas proibicionistas nunca funcionarão o suficiente para reduzir o vício e o consumo.

Assim, a securitização do narcotráfico colombiano trouxe resultados momentâneos, mais segurança e uma ameaça declarada. Trazendo mais próximo o conceito de narcotráfico e suas ramificações contra não só o estado com sua violência e prejuízos econômicos, mas como também da sociedade civil onde o uso de drogas pode destruir um indivíduo. A guerra contra os narcóticos é uma guerra que vai de acordo com o desejo humano não podendo ser vencida pelos métodos já utilizados, com isso, tendo novos debates acerca de estratégias e conhecimentos.

Desta forma, é possível afirmar que os objetivos do trabalho foram atingidos, sendo analisado e explicado, teoricamente o surgimento da securitização e a utilização feita no Plano

Colômbia pelos EUA, levando em conta que a ação pode não ter sido um sucesso, mas a securitização não deve ser descredibilizada, já que o narcotráfico traz ameaças à soberania dos Estados e a todo o mundo.

Por fim, diante da relevância do tema, recomenda-se a continuidade dos estudos em pesquisas futuras, a fim de gerar novos debates e contribuições para a segurança internacional e o combate ao narcotráfico.

REFERÊNCIAS

- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. p.367.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **Evolution of international security studies**. Cambridge: Cambridge University, 2009.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **Why International Relations has failed as an intellectual project and what to do about it**. Millenium: Journal of International Studies, 2001 v.30, n.1, p.19-39.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998, p. 24.
- Discipline-Building in International Security**". International Studies Quarterly, vol. 35, n1, p. 13.
- DUQUE, Marina Guedes. **O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional**. Contexto Internacional, vol.31, n.3, set/dez, pp.459-591, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAFTENDORN, Helga. (1991), **"The Security Puzzle: Theory-Building**
- HANSEN, Lene. **Images, Identity and Security: Bringing Together International Politics and Media Research**. Nordicom Review, vol.2, 2008.
- HERZ, Monica. **Política de segurança dos EUA no pós-Guerra Fria**. Estudos Avançados, 2002, vol. 16, n.46, p.85-104.
- Hoffmann, S., 2015. **An American Social Science, In Stephen R.: Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary**. Massachusetts: MIT Press on behalf of American Academy of Arts & Sciences vol (3) pp. 41-60.
- HUYSMANS, Jef. **International Politics of Insecurity: Normativity, Inwardness and theException**. Security Dialogue, 2006 vol.37, n.1, pp.11-29.

JACKSON, Richard. **The Politics of Threat and Danger: Writing the War on Terrorism.** Trabalho apresentado na Conferência Annual da British International Studies Association (BISA), Universidade de Warwick, 2004 p.8-9.

LAMMERHIRT, Laura; REMONDEAU, Camille. **Securitização da Questão Colombiana: Contribuições Pós-Positivistas para os Estudos de Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria.** Cadernos de Relações Internacionais, v.8, n.1, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25069/25069.PDF>. Acesso em: 25 set. 2020.

PILETTI, Felipe José. **Segurança e defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as Ameaças Não-Tradicionais.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 2008 p.3-54.

RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2012 p. 39-115.

RODRIGUES, Thiago. **A Infindável Guerra Americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente.** São Paulo: São Paulo em Perspectiva, vol.16 n°.2, abril-jun 2002.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma Guerra na Guerra.** São Paulo: Desatino, 2003.

ROSSI, Adriana. **Mercosur: entre Doctrinas, Mercado y Seguridad.** Amsterdam: Transnational Institute, 2008 p.9.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **A Nova Missão das Forças Armadas LatinoAmericanas no Mundo Pós-Guerra Fria: o caso do Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2004 vol. 15, n. 54, p.115.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. **Segurança internacional e novas ameaças: a securitização do narcotráfico na fronteira brasileira.** Dissertação de mestrado cursada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Novembro, 2016. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2016/11/Caroline-Cordeiro_Workshop-NEPRI.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

SMITH, Steve. **Singing Our World into Existence: International Relations Theory and September 11.** International Studies Quarterly, 2004 vol. 48, pp.499-515.

VILLA, Rafael Antonio Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, julho/dezembro de 2005, p. 17.

VILLA, Rafael Antonio Duarte; SANTOS, Norma Breda dos. **Buzan, Waeber e a Escola de Copenhague: tensões entre o realismo e a abordagem sociológica nos estudos de segurança internacional.** In: Clássicos das Relações Internacionais. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 117-151.

VILLA, Rafael. **Quatro teses sobre a política de segurança dos Estados Unidos para a América do Sul.** São Paulo: USP, 2007, p. 58.